

IMPACTOS DAS LIMITAÇÕES EPISTÊMICAS SOBRE SUSTENTABILIDADE NAS AÇÕES DO PRONAF NA PORÇÃO SUDESTE DO PARÁ¹

Luis Mauro Santos Silva²

Sérgio Roberto Martins³

RESUMO

Uma das grandes mudanças nas recentes políticas sociais ligadas ao contexto agrário brasileiro é o reconhecimento da agricultura familiar como categoria estratégica no novo processo de desenvolvimento rural brasileiro. No entanto, as dificuldades metodológicas e de percepção de sua heterogeneidade sócio-ambiental limitam a efetividade das políticas públicas, particularmente do Pronaf. Na porção Sudeste do Pará, Amazônia brasileira, os avanços no processo de regularização fundiária não têm refletido nos investimentos produtivos. Alguns fatores reforçam uma visão descontextualizada de sustentabilidade que se limita, geralmente, à dimensão econômica. Entre eles se destacam os entraves na liberação dos recursos disponíveis, o desequilíbrio na distribuição desses recursos, o engessamento burocrático das agências financiadoras e a falta de uma visão sistêmica e de percepção integral dos agroecossistemas pelos agentes de desenvolvimento. O presente artigo chama a atenção para a necessidade de abordar o tema da sustentabilidade para além do aspecto econômico, e não mais conceber a sustentabilidade como “ponto de chegada”. O caminho escolhido foi tentar compreender o *desenvolvimento sustentável* como um processo, rumo à construção de sua nova *episteme*. Tanto do ponto de vista teórico quanto metodológico esse é um desafio imprescindível de ser enfrentado.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável, Pronaf, abordagem sistêmica.

1 Artigo elaborado a partir do texto apresentado no VII Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção – SBSP, 2007, Fortaleza – CE, em 2007.

2 Eng. Agr., Dr. Docente da UFPA/NCADR/LASAT. End: Rua Frei Rdo. Lambezart, nº 2454, Apto. 09-A, Cidade Nova; CEP: 68.501680; Marabá - PA; E-mail: lmsilva@ufpa.br

3 Eng. Agr., Dr.; UFSC/ENS. End: Rua Profa. Emilia Schimidt, nº 42, Bairro, Bom Abrigo; CEP: 88085-270; Florianópolis-SC; E-mail: martinss@brturbo.com.br

RESUMEN

Uno de los más expresivos cambios en las recientes políticas sociales vinculadas al contexto agrario brasileño es el reconocimiento de la agricultura familiar como categoría estratégica en el nuevo proceso de desarrollo rural en Brasil. Sin embargo, las dificultades metodológicas y de percepción de su heterogeneidad socio-ambiental limita la efectividad de las políticas públicas, particularmente del Pronaf. En la porción sudeste del Estado de Pará, Amazonía brasileña, los avances en el proceso de regularización fundiária no se revela en las inversiones productivas. Algunos factores acentúan una visión descontextualizada de la sustentabilidad que se limita, en general, a la dimensión económica. Entre ellos se destacan las limitaciones en la liberación de los recursos financieros disponibles, el desequilibrio en su distribución, los obstáculos burocráticos de las agencias financiadoras y la falta de una visión sistémica y de percepción integral de los agro-ecosistemas por parte de los agentes de desarrollo. El presente texto destaca la necesidad de abordar el tema de la sustentabilidad más allá del aspecto económico, y la importancia de superar la concepción equivocada de la sustentabilidad como “punto de llegada”. El camino apuntado fue comprender el *desarrollo sostenible* como un proceso que presupone la construcción de una nueva *episteme*. Tanto del ponto de vista teórico cuanto metodológico eso constituye un imprescindible desafío que debe ser enfrentado.

Palabras-clave: desarrollo sostenible, Pronaf, enfoque sistémico.

1. INTRODUÇÃO

Concebido como política essencial para a consolidação da agricultura familiar brasileira, o Pronaf acumula uma década de experiências e ações, mas sem conseguir ampliar sua noção de sustentabilidade. Aspectos importantes como a crescente crise ambiental e as obrigações de cunho social não estão sendo internalizadas no programa. A causa aparente seria o forte viés econômico adotado no planejamento, implementação e avaliação das intervenções junto às famílias e organizações civis beneficiadas.

A necessidade de fazer funcionar a engrenagem burocrática relacionada à liberação de recursos tem obrigado os agentes de desenvolvimento a um incondicional enquadramento dos projetos de crédito aos pacotes tecnológicos de alta dependência de insumos externos e, conseqüentemente, inibindo iniciativas de valorização das experiências locais mais adaptadas ao contexto. Do ponto de vista metodológico, pouco se tem focado sobre a valorização da heterogeneidade sócio-ambiental envolvida, mantendo “invisíveis” agroecossistemas diversificados e menos dependentes do mercado formal.

Esta dificuldade de ambientação da política é especialmente percebida na Região Amazônica, em função das características de sua realidade imensamente complexa.

Baseado em uma revisão teórica sobre noções de sustentabilidade, artigos científicos e documentos oficiais sobre o Pronaf, o presente texto chama a atenção para a necessidade de abordar o tema da sustentabilidade além do aspecto econômico. São pontuadas algumas limitações nas diferentes leituras sobre a implementação do Pronaf, principalmente no que diz respeito à preferência da academia pelos dados econômicos gerados por órgãos oficiais e a pouca ousadia no desenvolvimento de metodologias que levem em conta a escala local e que apresentem um enfoque multidimensional das realidades envolvidas.

2. A POLISSEMIA DO SIGNIFICADO DO “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL” NAS POLITICAS PUBLICAS DO ESTADO

O contexto rural brasileiro não foi mais o mesmo desde que entrou em vigor o decreto N°1.946, de 28 de julho de 1996, criando o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Muitas coisas mudaram desde a implementação dessa política pública, já que antes nunca se havia aplicado tanto recurso público nesta categoria produtiva. No entanto, ficaram nítidos seus limites quanto às transformações da realidade numa perspectiva realmente sustentável devido à adoção de uma noção reduzida de desenvolvimento.

Entre os objetivos a que se propõe, o Pronaf coloca como desafio maior a promoção de um **desenvolvimento sustentável protagonizado**

pelas unidades familiares de produção. Uma questão inicial a ser destacada é a noção quase unidimensional de desenvolvimento sustentável embutida no decreto presidencial:

“Art. 1º Fica criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, como a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o **aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda** (grifo nosso) (trecho inicial do Decreto Lei nº 1.946 em 28.07.1996).”

Salvo uma breve citação sobre a dimensão ambiental contida na diretriz b do art.2º do mesmo decreto, o Pronaf deixou claro desde o início sua limitação em tratar essa questão do desenvolvimento sustentável de uma maneira mais ampla, limitando-se a uma dimensão econômica: Isso ficou evidente desde as primeiras tipificações feitas para caracterizar a agricultura familiar, onde os principais critérios convergiam para a sua capacidade de pagamento do empréstimo e capacidade de inserção no mercado formal (FAO/INCRA, 1995).

Mesmo com as modificações feitas no texto original do programa após seu quinto ano de implementação, o mesmo não deixou de privilegiar essa dimensão econômica sobre as demais:

“(…) promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a elevação da renda, visando à melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania dos agricultores familiares (grifo nosso) (trecho do Decreto nº 3.991 em 30.10.2001).”

Apesar de ainda limitado, esse novo texto demonstra o esforço de ampliar a discussão sobre o significado de sustentabilidade no que diz respeito à sua base sócio-ambiental. Isto possibilita a internalização da característica multidimensional da idéia de *desenvolvimento* na estrutura governamental (ministérios, institutos, órgãos, secretarias, departamentos etc.), muito embora essa idéia seja entendida de acordo com as peculiaridades e nuances que

representam os distintos sistemas de interesses que lhe constituem.

Em que pese a banalização da expressão “desenvolvimento sustentável” e o oportunismo de sua utilização para justificar estratégias insustentáveis, mais do que nunca, é fundamental reafirmar seu propósito de criação de um novo paradigma civilizatório para o século XXI, a partir da constatação do colapso global provocado pelo divórcio entre homem e natureza. As alterações climáticas, embora somente agora estejam sendo assumidas como verdade científica, anunciadas há mais de três décadas, estando diretamente relacionadas a um padrão de desenvolvimento absolutamente equivocado que se assenta no falso entendimento do que pode ser traduzido por crescimento econômico, sem considerar os fluxos de matéria e energia e suas externalidades; trata-se de um ciclo fechado e perfeito, em que a natureza é considerada como um subsistema da economia.

Embora o significado de sustentabilidade venha sendo construído como contraponto e negação ao desenvolvimentismo e tenha uma clara episteme ecológica, é comum observar-se a utilização da expressão “desenvolvimento sustentável” como a manutenção de estratégias meramente econômicas: possibilidade da manutenção (sustentação) de políticas de crescimento econômico. Ou seja, após trinta anos de debate sobre a construção de um novo marco civilizatório, observam-se discursos e práticas que retornam ao mesmo ponto de partida: crescer para depois desenvolver, e o pior: crescer com a máxima velocidade possível, sem considerar que o crescimento está condicionado aos limites físicos da biosfera. Estas contradições também permeiam as organizações públicas e privadas, fazendo parte de valores, princípios e atitudes, e são determinantes das políticas públicas com sérias conseqüências na vida das pessoas e no seu entorno.

Tomando como exemplo as noções propostas pelo Governo Federal (quadro 01) no que diz respeito à idéia de sustentabilidade, nem sempre fica clara a diferença entre as noções de desenvolvimento e de crescimento. Em alguns casos, o viés econômico suplanta todas as demandas sociais e ambientais ou delas está desconectado. Em outras palavras, nem sempre possibilitam associar a sustentabilidade da agricultura familiar com a compreensão de agroecossistema como unidade de planejamento, um espaço definido onde homem e natureza são inseparáveis, constituindo-se em uma realidade única que, como tal, deve ser tratada.

Quadro 01 Exemplos do significado de *sustentabilidade* assumido pelo Governo Federal.

Ministério	Conceito e/ou noção de sustentabilidade	Público prioritário	Programa ligado à agricultura familiar
MDA – SAF (Brasil, 2002).	Aumento da capacidade produtiva , a geração de empregos e a elevação da renda , visando à melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania dos agricultores familiares.	Agricultores Familiares	PRONAF PRONERA Etc.
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ⁴ .	Propiciar o progresso técnico, econômico e social da agricultura familiar, dos empreendimentos de pequeno porte, dos assentamentos de reforma agrária e das comunidades tradicionais, considerando as especificidades regionais, sociais e ambientais.	Empresários rurais (agro negócio).	- Ações pontuais da Embrapa. - Lançamento do Marco Referencial de Agroecologia.
Ministério da Educação e Cultura.	O modelo de Desenvolvimento Humano Sustentável , mas não ultrapassa o viés de crescimento e estabilidade econômica , além de citar a justiça social ⁵ .	-	Ações pontuais de IFES
Ministério da Fazenda	Assume que o desenvolvimento está contemplado na noção de crescimento econômico sustentado ⁶ .	-	Sem programas específicos.
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.	Tem por missão a construção de um Brasil competitivo, justo e rico em oportunidades. Ressalta o termo Desenvolvimento Sustentado ⁷ .	Setores produtivos	Sem programas específicos.
Interministerial	Reedita a idéia de crescimento econômico (Programa de Aceleração do Crescimento – PAC) ⁸	Indústrias e o agro-negócio.	Sem programas específicos.

Como será visto a seguir, a maioria das leituras disponíveis sobre os impactos do Pronaf explicita uma análise limitada às atividades financeiras, perdendo assim a oportunidade de pormenorizar o funcionamento dos sistemas de produção familiares.

3. IMPACTOS DO PRONAF NO CENÁRIO AGRÁRIO DO PAÍS

O aumento considerável de recursos destinados à ampliação do programa por si só é meritório uma vez que favorece algumas medidas para a consolidação de uma agricultura familiar capaz de participar ativamente no processo de investimento (dimensão econômica do seu desenvolvimento). Entre estas medidas se identificam a criação de linhas de crédito em uma perspectiva de diversificação social e de atividades produtivas (especialmente o Pronaf florestal, o Pronaf mulher e o Pronaf jovem) e a declaração de aptidão (DAP) fornecida pela própria unidade familiar (BRASIL, 2002).

No entanto, ainda se observam a continuidade de problemas básicos presentes desde o início da implementação do programa. Avaliações em escalas nacional e regional (NUNES, 2005; MATTEI, 2005; GUANZIROLI, 2006) permitem observar que a Região Sul continua favorecida na distribuição dos recursos⁹, principalmente quando comparada com a Região Norte. Esta má distribuição regional permanece como um dos principais problemas do Pronaf (FIG.01)

4 BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Plano Plurianual 2004-2007., Brasília, DF, 2003, 62 p.

5 Extraído de http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/artigo_haddad_filmus.pdf , acesso em 18.06.2007.

6 Extraído de <http://www.fazenda.gov.br/> , acesso em 18.06.2007.

7 Extraído de <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/ministerio/ministerio/competencia.php> , acesso em 18.06.2007.

8 Extraído de <http://www.fazenda.gov.br/portugues/releases/2007/r220107-PAC-integra.pdf> , acesso em 18.06.2007.

9 Os vinte municípios que mais acessaram crédito estão na Região Sul do Brasil (MATTEI, 2005).

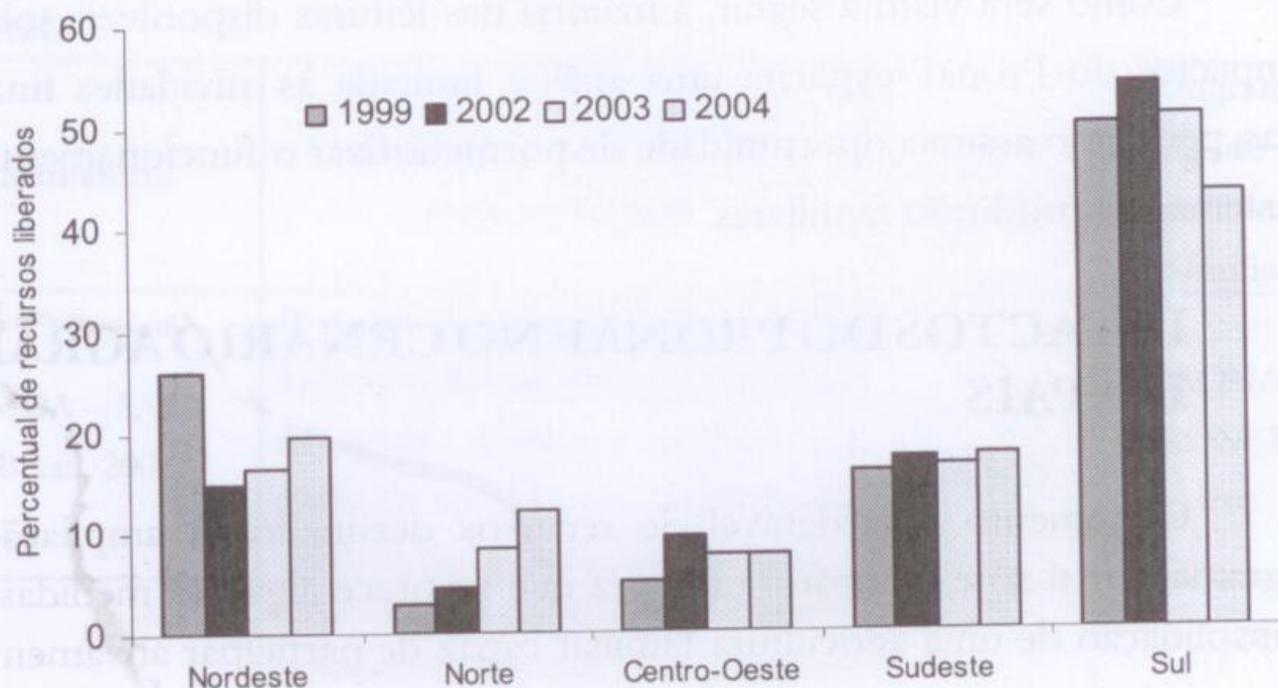


FIG.01: Evolução recente da distribuição dos recursos do Pronaf.
Fonte: adaptado de Nunes (2005) e Guanzioli (2006).

Sobre este aspecto Vilela (1997) sugere que este protagonismo da agricultura familiar ainda não faz parte da nossa realidade devido, principalmente, à influência do Banco Mundial sobre o modelo de agricultura imposto ao terceiro mundo. Além disso, o processo de seleção de unidades produtivas economicamente mais competitivas e inseridas no mercado formal explicaria, em parte, a manutenção dos maiores volumes financiados para a Região Sul.

Fora o descompasso regional na distribuição dos recursos, existe um grande desequilíbrio dentro das próprias linhas de crédito enquadradas no Pronaf. O total de recursos utilizados mostra que as unidades familiares mais prestigiadas não são as mais fragilizadas (FIG.02). As famílias recém estabelecidas em assentamentos e/ou com situação econômica e infra-estrutura debilitada (beneficiárias do Pronaf A) acessam um volume de recursos muito inferior quando comparadas com famílias em situação econômica considerada mais estável.

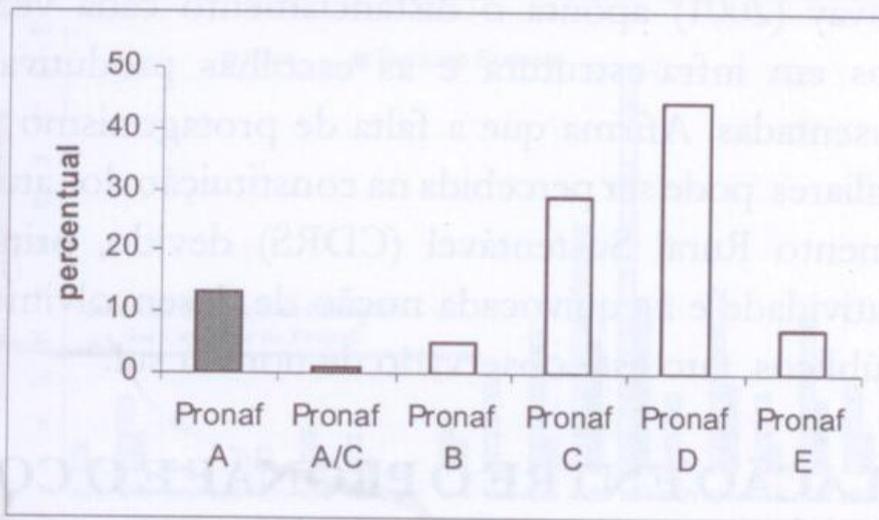


FIG. 02: Volume total de recursos distribuídos pelo Pronaf.
 Fonte: INCRA – SR27 (2006).

Outro dado instigante está na tendência de decréscimo dos recursos destinados ao Pronaf A¹⁰ sem reflexo nenhum sobre a evolução dos recursos destinados ao Pronaf A/C (crédito ligado aos egressos do enquadramento anterior) (Fig. 03). Como a maioria dos créditos enquadrados no Pronaf A se concentra nas regiões Norte e Nordeste, ditas periféricas, este problema é tido como fundamental no presente texto.

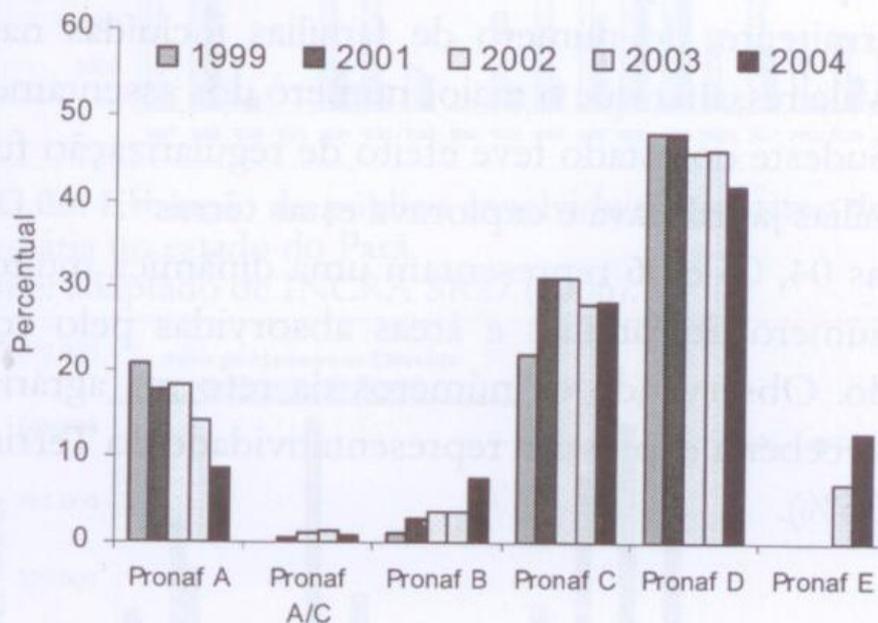


FIG.03: Evolução do volume de recursos distribuídos pelas diferentes categorias do Pronaf.
 Fonte: adaptado de Sousa & Valente Júnior (2006).

10 O Pronaf A é a primeira modalidade acessada por uma família assentada que possui renda bruta de até R\$ 2 mil; sendo até 35% do valor financiado passível de ser utilizado em atividades de custeio. O Pronaf A/C atende aos egressos do Pronaf A, sendo destinado ao custeio. Sobre detalhes dos critérios dessas e demais categorias de crédito ver BRASIL (2002) ou síntese em Souza & Valente Junior (2006).

Abramovay (2001) aponta o distanciamento cada vez maior entre os investimentos em infra-estrutura e as escolhas produtivas conduzidas pelas famílias assentadas. Afirma que a falta de protagonismo por parte dos agricultores familiares pode ser percebida na constituição dos atuais Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS) devido, principalmente, à baixa representatividade e à equivocada noção de desenvolvimento discutida nestes fóruns públicos, fato este observado de norte a sul.

4. A RELACÃO ENTRE O PRONAF E O CONTEXTO FUNDIÁRIO NUMA REALIDADE AMAZÔNICA FORTEMENTE ANTROPORIZADA

Observa-se que a mudança no contexto fundiário amazônico tem influenciado significativamente nos impactos promovidos pelo Pronaf.

Um dos fatores determinantes para a aceleração do processo de regularização fundiária foi gerado pelo hediondo massacre de Eldorado dos Carajás¹¹ que se constituiu num marco histórico da nova realidade agrária do estado do Pará. Após esse episódio se observou um aumento considerável, mesmo que intermitente, do número de famílias incluídas nas estatísticas agrárias oficiais. Vale ressaltar que o maior número dos assentamentos criados da Região Sul e Sudeste do estado teve efeito de regularização fundiária, pois a maioria das famílias já habitava e explorava estas terras¹².

As figuras 04, 05 e 06 representam uma dinâmica muito semelhante em relação ao número de famílias e áreas absorvidas pelo contexto rural familiar do estado. Observando os números da reforma agrária em todo o Pará é possível perceber a expressiva representatividade do Território Sudeste nesse processo (35%).

11 Evento de repercussão internacional ocorrido em 17 de abril de 1996 em que a Polícia Militar paraense, com o pretexto de cumprir mandato de reintegração de posse, executou sumariamente 19 trabalhadores rurais sem terra que acampavam às margens da rodovia PA-150, reivindicando desapropriação da Fazenda Macaxeira por ser considerada improdutivo e passível de incorporação ao processo de reforma agrária.

12 Mais da metade dos assentamentos criados não beneficiou novas famílias, pois a grande maioria das famílias ditas assentadas já residia e explorava estas mesmas áreas (as antigas áreas de posse evoluíram para loteamentos oficiais) (LEITE *et al.*, 2004).

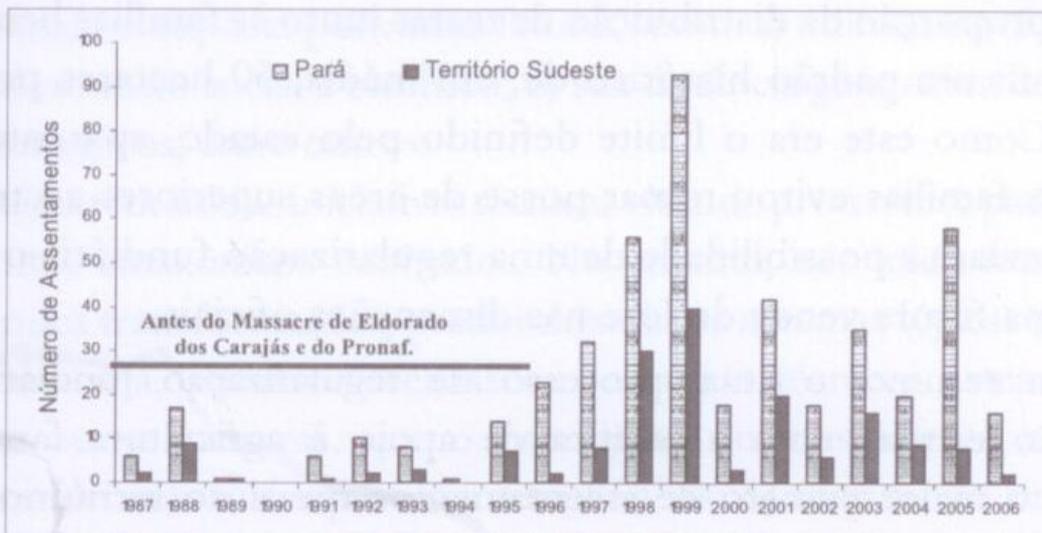


FIG.04: Evolução da regularização fundiária no estado do Pará.
Fonte: adaptado de INCRA SR27 (2006).

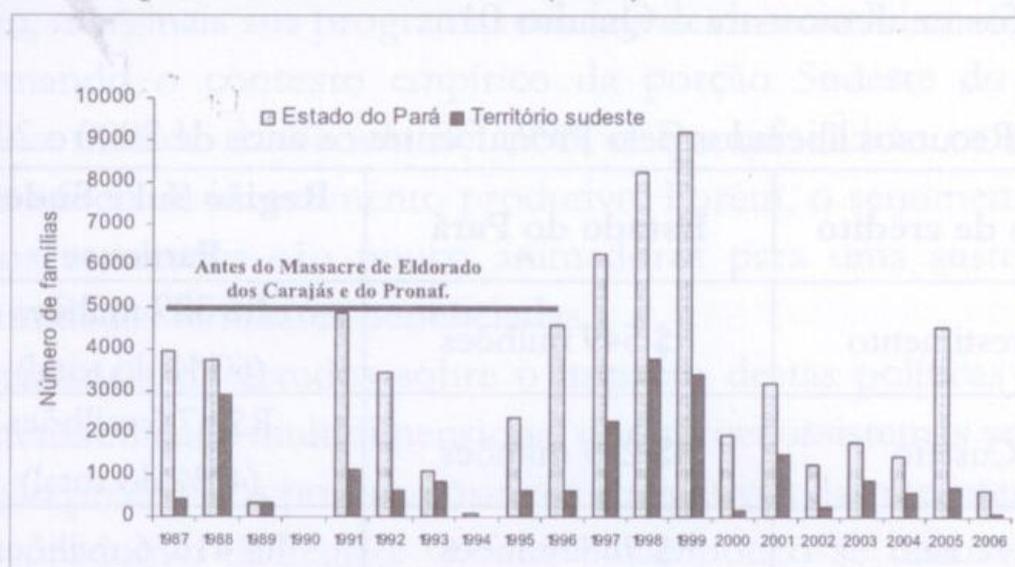


FIG.05: Evolução do público envolvido no processo de regularização fundiária no estado do Pará.
Fonte: adaptado de INCRA SR27 (2006).

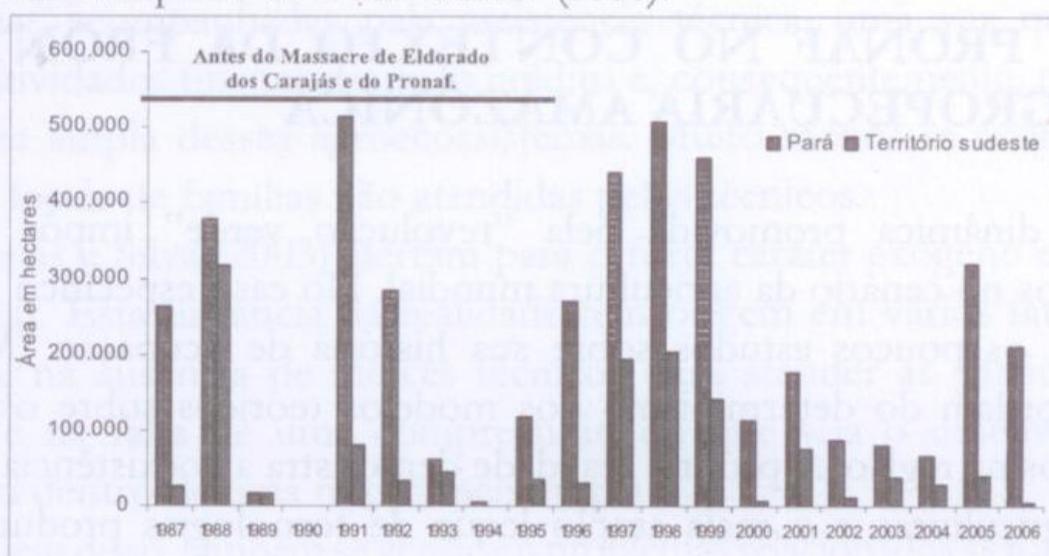


FIG.06: Evolução das áreas destinadas ao processo de regularização fundiária no Estado do Pará.
Fonte: adaptado de INCRA SR27 (2006).

A proporção da distribuição de terras junto às famílias beneficiadas parece seguir um padrão histórico de, em média, 50 hectares por família (Fig. 07). Como este era o limite definido pelo estado, aparentemente a maioria das famílias evitou tomar posse de áreas superiores ao teto de 50 ha, pois previam a possibilidade de uma regularização fundiária ou mesmo garantir uma futura venda do lote nas dimensões oficiais.

Em resumo, o atual processo de regularização fundiária possui uma relação estreita com a política de apoio à agricultura familiar. Por concentrar o maior número de assentamentos rurais no território nacional (474 assentamentos até o final de 2006), as regiões Sul e Sudeste do Pará vêm garantindo um volume considerável de recursos e serviços previstos pelo Pronaf, conforme demonstra o Quadro 01.

Quadro 01: Recursos liberados pelo Pronaf entre os anos de 2000 e 2006

Tipo de crédito	Estado do Pará	Região Sul e Sudeste Paraense
Investimento	R\$ 549 milhões	R\$ 329 milhões (60 % do total)
Custeio	R\$ 219 milhões	R\$ 87,6 milhões (40% do total)
Total	R\$ 768 milhões	R\$ 416, 6 milhões

Fonte: adaptado de INCRA SR27 (2006).

5. O PRONAF NO CONTEXTO DA FRONTEIRA AGROPECUÁRIA AMAZÔNICA

A dinâmica promovida pela “revolução verde” impôs modelos homogêneos no cenário da agricultura mundial. No caso específico da região amazônica, os poucos estudos sobre sua história de ocupação (MORÁN, 1990) discordam do determinismo dos modelos teóricos sobre os avanços tecnológicos na região. A própria realidade demonstra a coexistência das mais diversas agriculturas e o mais amplo leque de tecnologias produtivas, que abrange desde a lógica indígena até a agricultura de precisão. Esta dificuldade em promover a homogeneização do meio preconizada pela agricultura

moderna parece se explicar por vários fatores como: a) a dimensão do território e seu complexo meio social e biofísico; b) sua distância geográfica dos grandes centros econômicos, entre outros.

Muitas têm sido as iniciativas técnicas visando promover a padronização dos ambientes amazônicos cultivados. No entanto, tais iniciativas não têm gerado grandes transformações, predominando as mesmas lógicas produtivas familiares, ou seja, aquelas baseadas em arranjos técnicos artesanais. Isto mostra, em outras palavras, que o paradigma do crescimento econômico vem incorrendo em dois equívocos simultâneos: 1) insistir em um modelo “produtivista” que historicamente tem fracassado perante a complexidade deste contexto sócio-ambiental e; 2) desconsiderar as lógicas familiares locais de produção, marginais aos programas oficiais de desenvolvimento.

Tomando o contexto empírico da porção Sudeste do estado do Pará, desde a metade da década de 1990, o Pronaf incluiu os agricultores familiares no foco de investimento produtivo. Porém, o sentimento é de que os primeiros resultados são pouco animadores para uma sustentabilidade ampla das unidades familiares beneficiadas.

A ausência de estudos sobre o impacto destas políticas agrícolas e sobre a sustentabilidade multidimensional dos agroecossistemas vem inibindo uma avaliação precisa dos pontos positivos e negativos das recentes mudanças no cenário produtivo da região. O fato é que pouco se tem avançado em uma reflexão sobre as possibilidades de consolidação de agroecossistemas sustentáveis. Não se tem uma base de informação consistente e abrangente das famílias acompanhadas pela assistência técnica, uma vez que esta se limita às atividades financiadas pelo crédito e, conseqüentemente, negligencia uma leitura ampla desses agroecossistemas. Muito menos se acompanha as iniciativas locais de famílias não atendidas pelos técnicos.

Assis e Silva (2003) alertam para o forte caráter exógeno expressado pelo Pronaf. Esta distância da realidade tem origem em vários fatores, mas, sobretudo, na ausência de índices técnicos para atender as particularidades regionais e na falta de uma compreensão do que seja o desenvolvimento sustentável dentro de uma noção mais ampla.

Além disso, também se verificam problemas relacionados às formas como a assistência técnica regional vêm desenvolvendo suas atividades de assessoria junto aos assentados. Apesar de participarem de processos de capacitação voltados

para metodologias participativas e a análise sistêmica da realidade, não raro, os técnicos levam pouco em conta esses procedimentos metodológicos em sua atuação no campo. Um exemplo disto tem sido a não implementação dos Planos de Desenvolvimento de Assentamentos (PDA)¹³, elaborados para orientar as atividades prioritárias a serem financiadas, entre outros objetivos.

Alves e Silva (2003) apontam alguns fatores que agravam ainda mais as dificuldades para a ação de uma assistência técnica de qualidade. Entre eles pode-se citar: a robustez dos planos (muita informação e pouco tempo para reflexão); a dinamicidade da realidade em fronteira agrícola; a instabilidade no repasse de recursos x rotatividade dos técnicos; o foco dos projetos em atividades produtivas e não no funcionamento dos agroecossistemas; a falta de indicadores locais (dimensão técnica, social e ambiental); a falta de participação das famílias na elaboração dos projetos; o caráter não cíclico dos diagnósticos (assumem caráter imutável para os técnicos); e a formação acadêmica dos técnicos baseada em uma abordagem clássica de transferência linear de tecnologia.

Numa reflexão recente, Figueiredo (2006) reforça os argumentos anteriores de que qualquer intervenção pública do porte do Pronaf deveria considerar pelo menos três escalas interdependentes: a territorial, a local e a unidade produtiva, sendo que nesta última a intervenção técnica precisaria reconhecer e priorizar o projeto familiar numa perspectiva sistêmica. Tal reflexão reforça as críticas ao Pronaf no que tange a concentração de seu foco nas atividades financiadas. O mesmo autor cita ainda a iniciativa da Copserviços¹⁴ em tentar construir um banco de dados regional de avaliação e monitoramento dos sistemas de produção, que seriam por ela assessorados. Essa proposta aponta uma possibilidade de construir índices técnicos, ambientais e sociais que poderiam alimentar pesquisas temáticas relacionadas com os impactos promovidos pelas políticas públicas no contexto da agricultura familiar regional.

13 Os PDAs têm como principal objetivo identificar os projetos familiares e suas possibilidades de apoio via Pronaf. A viabilidade destes planos depende muito da capacidade do técnico em identificar estas demandas (instrumentos que captam os projetos de curto, médio e longo prazo) e sua negociação junto às agências bancárias.

14 Cooperativa de assessoria técnica que acompanha os assentamentos do território Sudeste do Pará. Esta cooperativa atua desde o início da implementação do Pronaf e conta com um quadro profissional multidisciplinar composto por mais de cem técnicos, subdivididos em escritórios municipais.

Portanto, a escassez de informações parece estar relacionada, principalmente, à falta de dotação de recursos para análises na Região Norte. Mesmo com os esforços desprendidos pelas entidades locais, instituições de pesquisa e ensino a escassez de análises amazônicas contribui decisivamente para o baixo nível de conhecimento regional, especialmente no que tange à construção de indicadores de avaliação dos impactos locais oriundos das intervenções produtivas.

6. NUANCES DA AVALIAÇÃO SOBRE O PRONAF

As avaliações produzidas sobre o Pronaf têm apoiado inúmeras formas de pensar a melhoria e a continuidade deste programa. Porém, ainda são grandes os limites metodológicos e de aplicação dos resultados, visto que, em grande maioria, tais reflexões não permitem uma visão efetiva dos impactos sofridos pelas famílias envolvidas e dos agroecossistemas onde se inserem. Distintos focos e escalas de abrangência determinam formas diferentes de perceber as nuances e peculiaridades das distintas realidades, mas precisam estar apoiadas numa abordagem sistêmica, particularmente as denominadas de segunda ordem ou *soft system*¹⁵.

Do ponto de vista da estrutura institucional, aparentemente, o maior problema do Pronaf está no processo altamente burocrático de liberação do crédito, pois inibe algumas iniciativas locais de financiamento e atrasa demasiadamente os calendários de implementação das atividades produtivas. Neste caso, as análises de Mattei (2005) e Guazirolí (2006) ajudam a compreender a lógica de tais operações, apontando as causas pelas quais várias unidades familiares não conseguem acessar a linha básica e de caráter mais social deste programa. A resolução desta limitação aumentaria o volume de recursos disponibilizados para o Pronaf A/C, sendo este um dos poucos indicadores concretos de evolução econômica das famílias menos capitalizadas.

O setor bancário público foi considerado um dos principais responsáveis pela dificuldade de liberação de recursos, pois a rotina destas organizações está pouco adaptada às operações sem garantias patrimoniais e contrapartidas comprovadas por parte das famílias rurais de baixa renda (GUAZIROLI, 2006:3). Como a capacidade de pagamento é o critério

¹⁵ Ver Pinheiro (1995).

principal das agências bancárias, a evolução da liberação dos créditos via Pronaf mantém uma lógica estritamente econômica.

Com relação à multidimensionalidade do desenvolvimento, Mattei (2005:64) reforça a necessidade de uma nova premissa governamental de desenvolvimento rural, onde a sustentabilidade garanta também os aspectos sócio-ambientais. No entanto, quando se analisa os indicadores dos sistemas de produção não é possível ultrapassar a barreira do produto, ou seja, a realidade é reduzida ao total da produção gerada e limitada às estratégias impostas pelas políticas públicas tanto no que se refere aos recursos financeiros como aos padrões tecnológicos disponibilizados. Em outras palavras, a eficácia da política pública, representada pelo aumento crescente do montante financeiro, não se traduz na eficiência da melhoria da sustentabilidade da agricultura familiar seja nos aspectos econômicos ou nas dimensões social e ambiental.

Mesmo levando em conta diferentes escalas (do local ao nacional), a ausência de uma abordagem sistêmica pode provocar o aprisionamento das análises às informações institucionais, limitando consideravelmente a avaliação das experiências vividas pelas famílias e a efetividade da política pública sobre seus respectivos agroecossistemas.

A falta de estudos focados nos impactos sobre os sistemas familiares de produção (diferente de avaliar as atividades financiadas pelo crédito) dificulta uma reflexão completa sobre suas transformações numa perspectiva realmente sustentável. Observa-se, na realidade em questão, que os técnicos envolvidos com o Pronaf não desenvolvem essa leitura sistêmica da realidade. Sobre isso se pode inferir que para além dos aspectos inerentes à sua limitada percepção do sistema de produção, um fator fundamental é a postura que adotam para sua intervenção no campo, postura esta coerente com a dinâmica imposta pelo Pronaf: geralmente, dispensam o acompanhamento e avaliação das atividades não financiadas pelo crédito. Em resumo, os técnicos não são pagos para ver o *todo*, corroborando a expressão que diz: *“o olho que tudo vê, não vê tudo”*.

Além da dificuldade de cunho burocrático do acesso ao Pronaf, existem aspectos locais decisivos para garantir o sucesso (ou determinar o fracasso) da aplicação e continuidade de investimento das famílias assentadas. O fato de não existir entrave institucional não garante a aceitação das famílias em acessar o Pronaf dito social (modalidade “A”), pois se trata de uma dívida bancária a ser internalizada e que, portanto, deverá ser paga pela família.

Em uma abordagem local, a noção de risco familiar se torna essencial, muito mais do que o risco econômico introduzido especialmente pelo endividamento assumido. Os diferentes riscos assumidos se entrelaçam aos demais projetos familiares e extrapolam a visão “prorafiana” da realidade baseada no interesse resultante prioritariamente das atividades financiadas.

O caráter multidimensional e interdependente das dimensões social, ambiental e econômica dos agroecossistemas permite uma leitura mais próxima da realidade das unidades familiares de produção e dos riscos inerente às políticas públicas a que os agricultores são submetidos. Questões como estas têm sido trabalhadas a partir de diferentes olhares (COSTA GOMES e BORBA, 1990; MASERA *et al.*, 1999; ASTIER *et al.*, 2002; KAGEYAMA, 2003; COLAÇO-DE-ROSÁRIO e COSTA, 2006).

Kageyama (2003), por exemplo, em análise técnico-econômica nas unidades produtivas de duas dezenas de municípios em oito estados brasileiros não constatou nenhuma associação direta entre Pronaf e melhoria da renda familiar. A correlação positiva mais significativa foi entre o aumento de produtividade e o uso de pacotes tecnológicos de alto uso de insumos externos. Entretanto, observou de forma clara o aumento de efeitos erosivos e contaminação com agroquímicos, demonstrando a falta de atenção para com a dimensão ambiental da realidade estudada. Tal análise confirma a extrema dificuldade de estabelecer uma avaliação multidimensional da realidade quando a política pública privilegia o financiamento das atividades produtivas sem considerar o sistema produtivo como um todo.

Este também é o caso dos assentamentos rurais beneficiados com o Pronaf¹⁶, cuja efetividade do programa tem sido medida apenas pelos impactos nas atividades produtivas e não pelas múltiplas dimensões que conformam à complexidade do sistema de produção familiar. Esse reducionismo tem sido igualmente apontado por Sarandón (2002) que considera muito recente o crescimento do interesse acadêmico de avaliações mais amplas sobre a sustentabilidade dos sistemas de produção mais complexos (os familiares). Esta demanda criada pelos impactos negativos via especialização produtiva carece muito de metodologias que dêem conta das diferentes dimensões envolvidas numa leitura que articula diferentes escalas de intervenção.

16 Toma-se como referência a linha do Pronaf “A”, pois é considerada como a categoria endereçada para as famílias menos favorecidas, pelo menos do ponto de vista econômico. Não é exigida nenhuma comprovação de renda (BRASIL, 2002:10).

Em uma perspectiva sistêmica, Maser, Astier e Lopez-Ridaura (1999) mostram a necessidade de forjar inicialmente um conceito operativo de sustentabilidade como uma noção concebida localmente e que indique as características funcionais dos agroecossistemas familiares e seu entorno sócio-econômico e ambiental. Nesta perspectiva, o Marco Avaliativo de Indicadores de Sustentabilidade em Sistemas de Manejo (MESMIS) tem sido adaptado e aplicado em distintas realidades agrárias e evidenciado análises ligadas a dinâmicas dos sistemas de produção familiares (ALONSO e GUZMÁN, 2006; ASTIER et al., 2002 e COLAÇO-DE-ROSÁRIO e COSTA, 2006).

Recentemente emerge o paradigma agroecológico como contraponto ao modelo agroindustrial, mas que nas palavras de MOREIRA e CARMO (2004) ainda não conseguiu ultrapassar as questões tecnológicas, passo fundamental para repensarmos conceitos e os rumos da coevolução entre sociedade e natureza. A atual crise ecológica e social não se concentra apenas nas intervenções produtivas (o que é diretamente financiado pelo crédito), mas acima de tudo na simplificação acadêmica da interpretação destas relações contidas em um sistema de produção familiar que é absolutamente diversificado. Com relação à agroecologia, apesar de seus limites, é inegável sua contribuição para a reflexão sobre o significado do desenvolvimento sustentável, auxiliando a compreender o que está oculto sob este vocábulo e a necessidade de precaução e parcimônia no uso da natureza, e o quanto é nefasto às estratégias utilitaristas para sua apropriação. Os mesmos autores frisam que a estreita relação entre tecnologia e capital tem imprimido modelos teóricos universais sem considerar o alto grau de heterogeneidade dos biomas explorados e, conseqüentemente, excluindo sociedades inteiras dos centros de decisão sobre o que é mais sustentável e justo. Em outras palavras, a noção atual de desenvolvimento não conseguiu extrapolar seu caráter conceitual, pois não se torna operativo sem a presença ativa das sociedades locais.

É preciso, então, que essa noção de desenvolvimento sustentável faça essa extrapolação numa perspectiva de efetiva transformação da realidade. Para isso, é imprescindível contar com as iniciativas locais que garantam a participação ativa das comunidades no diagnóstico da realidade e no estabelecimento de estratégias para sua transformação.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a consolidação positiva de políticas públicas como o Pronaf, é preciso conhecer melhor seus efeitos nos diferentes contextos e combinações das unidades familiares envolvidas. Neste sentido, os agentes de desenvolvimento estão diante de distintas opções de intervenção junto a esta categoria, que podem, a grosso modo, ser resumidas em dois grandes grupos: a) partir de uma noção de **crescimento econômico** e conformar a agricultura familiar (no singular) tendo como foco principal o mercado formal; e b) partir de uma noção efetiva de **desenvolvimento sustentável** e seu caráter multidimensional (social, ambiental e econômico) para mapear a diversidade contextual das agriculturas familiares (no plural), conformando, enfim, ações de apoio às experiências concretas de sustentabilidade. Lembrando sempre que são caminhos que partem de paradigmas distintos e de difícil compatibilidade, especialmente se assentados em significados nebulosos. Evidencia-se, pois, a importância de entender o *desenvolvimento sustentável* como um processo e não como um ponto de chegada, e da necessidade da construção de sua episteme: um desafio tanto do ponto de vista teórico como metodológico, mas em qualquer caso, imprescindível. Estes desencontros contribuem para a dificuldade de uma leitura de abrangência nacional sobre o Pronaf, no que pese um aumento significativo de esforços acadêmicos na sua avaliação. Trata-se de uma política pública com caráter de intervenção estritamente local. Conseqüentemente, para tornar o conceito de sustentabilidade operativo, este precisa ser concebido e substanciado na interação entre os formuladores de políticas públicas e os atores locais – incluindo os agentes de desenvolvimento - a partir de ações concretas nas comunidades, fruto das estratégias do Estado, tendo como ponto de partida o devido rigor conceitual que explicita claramente as diferenças entre crescimento e desenvolvimento.

8. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Conselhos além do limite. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, 2001. p. 121-137.

- ALONSO, Antonio M.; GUZMÁN, Gloria I. **Evaluación comparada de la sostenibilidad agraria en el olivar ecológico y convencional**. Murcia: Ed. Agroecología Facultad de Biología - Universidad de Murcia. 2006, p. 63-73.
- ALVES, Livia Navegantes; SILVA, Luis. M. Santos. O processo de Assistência Técnica (ATER) junto aos assentamentos rurais das regiões sul e sudeste do estado do Pará. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE, 11, 2003, Aracaju. **Anais...** Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2003. p. 76.
- ASSIS, William Santos de; SILVA, Luis Mauro Santos. O PRONAF e a agricultura familiar na Amazônia: uma questão de rever prioridades. In: SIMÕES, Aquiles. **Coleta amazônica: iniciativas em pesquisa, formação e apoio ao desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Belém: Alves Ed., 2003, p. 13-37.
- ASTIER, Marta et al. El Marco de Evaluación de Sistemas de Manejo Incorporando Indicadores de Sustentabilidade (MESMIS) y su aplicación en un sistema agrícola campesino en la región purhepecha, México. In: SARADÓN, S.J. (edit.). **Agroecología: el camino hacia una agricultura sustentable**. La Plata: Ediciones Científicas Americanas, 2002. p. 415-430.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar, Brasília. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Brasília, DF, 2002, 34 p.
- COLAÇO-DE-ROSÁRIO, M.; COSTA, A. A. M. Ensaio de avaliação da sustentabilidade do manejo do agro-eco-sistema transmontano - Norte de Portugal. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 1, n. 1, p. 75-78. 2006.
- COSTA GOMES, João Carlos Costa; BORBA, Marcos. Limites e possibilidades da agroecologia como base para sociedades sustentáveis. In: **Revista Ciência e Ambiente**, Santa Maria, v.1, n.1, jul. 1990. p. 5-14.
- FAO/INCRA. GUANZIROLI, Carlos (coord.). **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável: resumo do relatório final do projeto UTF /BRA/036.**, 2. versão. FAO/INCRA, março, 1995.

FIGUEIREDO, Raul B. de. O emprego da abordagem sistêmica pela assessoria técnica nos sistemas familiares de produção: experiências aplicadas no sudeste do Pará. In: MONTEIRO, Dion Márcio Carvaló; MONTEIRO, Maurílio de Abreu (Org.). **Desafios na Amazônia: uma nova assistência técnica e extensão rural**. Belém, PA: UFPA / NAEA, 2006. p. 181-198.

GUANZIROLI, Carlos E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. In: CONGRESSO SOBER, 44, 2006, Fortaleza. **Anais ...** Fortaleza, 2006, p.29.

INCRA. Superintendência Regional 27. **Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA)**. 2006.

KAGEYAMA, Ângela. Produtividade e renda na agricultura familiar: efeitos do Pronaf - crédito. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v 50, n. 2, p.1-13. 2003.

LEITE, Sérgio et al. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília, DF: NEAD; São Paulo: Ed. UNESP, 2004. 391 p. (Estudos NEAD, n. 6).

MASERA, Ornar; ASTIER, Marta; LOPEZ-RIDAURA, Santiago. **Sustentabilidad y manejo de recursos naturales: el marco de evaluación**. México: MESMIS. GIRA, 1999. 109 p.

MATTEI, Lauro. **Impactos do PRONAF: análise de indicadores**. Brasília, 2005. 136 p. (Série Estudos, 11)

MORÁN, E. F. **A ecologia humana das populações da Amazônia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990, 367 p.

MOREIRA, R. M.; CARMO, M. S. do. Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 51, n.2, jul./dez. 2004, p. 37-56.

NUNES, Sidemar Presotto. PRONAF: dez anos de existência. **Boletim do Deser**, n. 145, 2005. p. 9-19.

PINHEIRO, Sérgio, L. G. O enfoque sistêmico na pesquisa e extensão rural (FSR/E): novos rumos para a agricultura familiar ou apenas a reformulação de velhos paradigmas de desenvolvimento? In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 11, Londrina, PR. **Anais...**Londrina: SBSP/IAPAR, 1995. p. 28-36.

SARANDÓN, Santiago J. El agroecosistema: un sistema natural modificado. Similitudes y diferencias entre eco sistemas naturales y agroecosistemas. In: _____. **Agroecología: el camino hacia una agricultura sustentable**. La Plata: , Ediciones Científicas americanas, 2002. p.119-134

SOUSA, Jânia Maria Pinho; VALENTE JÚNIOR, Airton Saboya. Análise das liberações dos recursos do PRONAF: descentralizações das aplicações dos créditos rurais? In: CONGRESSO SOBER, 44, 2006, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2006. p.19.

VILELA, Sérgio Luiz de Oliveira. Qual a política para o campo brasileiro? Do Banco Mundial ao Pronaf: a trajetória de um novo modelo? In: CONGRESSO SOBER, 35, 1997, Natal, RN. **Anais...** Natal, 1997. p. 18.